

HABEAS CORPUS Nº 570.607 - SP (2020/0079770-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CAMILA GALVAO TOURINHO - SP298866
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TAINAH CRISTINA DE PAULA GENEROSO (PRESO)
OUTRO NOME : TAINAH CRISTINA DE PAULA GENEROSO FERREIRA
(PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TAINAH CRISTINA DE PAULA GENEROSO (ou TAINAH CRISTINA DE PAULA GENEROSO FERREIRA) em que se aponta como autoridade coatora desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que indeferiu o pedido liminar no HC n. 2118385-09.2019.8.26.0000.

A paciente cumpre penas de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime fechado e de 583 dias-multa, como incursa no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas).

O Juízo das execuções indeferiu seu pedido de saída antecipada e prisão domiciliar (e-STJ fls. 188/189).

Inconformada, a defesa impetrou *writ*, com pedido liminar, na Corte estadual, alegando que a paciente fazia jus à prisão domiciliar, nos termos do art. 117, III, da Lei de Execução Penal, pois tinha três filhos menores de 12 anos, bem como em razão da pandemia da Covid-19.

O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 195/197).

Na presente impetração, a defesa reafirma as alegações originárias, pleiteando seja "*determinada a saída antecipada da sentenciada ou sua colocação em prisão domiciliar, por aplicação do artigo 5º, I, 'a', da Recomendação nº 62/2020 do CNJ e/ou aplicação analógica do artigo 117 da LEP*", uma vez superado o enunciado n.

Superior Tribunal de Justiça

691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal (e-STJ fls. 15/16).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Verifico, inicialmente, com relação ao pedido de prisão domiciliar por ser mãe de menores de 12 anos, que o HC n. 556.624/SP, impetrado nesta Corte e também atribuído a esta relatoria, igualmente impugna a mesma decisão prolatada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no *habeas corpus* originário de número 2118385-09.2019.8.26.0000, o qual está em estágio mais avançado de processamento, o que impede o conhecimento do presente writ neste ponto.

No mais, o Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal

Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

Vale mencionar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio no bojo da ADPF n. 347.

É de relevo pontuar, também, que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação. O Conselho Nacional de Justiça já publicou a **Recomendação n. 62**, que adotou medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também publicaram a **Portaria Interministerial n. 7**, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial.

Diga-se, ainda, como consignado na decisão impugnada, que, acerca da pandemia de Covid-19, o Juízo de piso destacou que *"a sentenciada não se encontra no grupo de risco para o COVID-19, inexistindo fundamentação suficiente para sua colocação em caráter excepcional em prisão domiciliar. Destaco que o fato de possuir filhos menores não se presta a autorizar a concessão urgente da medida, já que inexistente risco iminente pessoal e seus filhos podem se manter em isolamento domiciliar sob os cuidados de terceiros. Também não há constatação de que seus filhos estariam desamparados. Por fim, anoto que não há registro de casos do COVID-19 no estabelecimento prisional no qual a sentenciada cumpre pena (Penitenciária Feminina de Santana) e que as visitas foram suspensas justamente para evitar que a enfermidade acometa as sentenciadas lá reclusas"* (fl. 187" (e-STJ fls. 196/197).

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus***.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator